



VIOLÊNCIA

Polícia indicia 13 por assassinato de ciclista

Cláudio Rafael Landeiro Moreira, de 37 anos, foi espancado até a morte por um grupo de seguranças irregulares e entregadores, em Copacabana, no Rio de Janeiro, em 12 de agosto. O grupo deduziu que a bicicleta que estava com ele era roubada

» CAETANO YAMAMOTO*

A Polícia Civil do Rio de Janeiro indiciou 13 pessoas pela morte de Cláudio Rafael Landeiro Moreira, de 37 anos, espancado até a morte em 12 de agosto por ter sido confundido com um ladrão de bicicleta, em Copacabana, Zona Sul da capital fluminense. Cinco envolvidos com o crime responderão por homicídio triplamente qualificado — quatro estão presas e uma foragida. Entre os envolvidos estão seguranças clandestinos, entregadores de aplicativo e empresários locais.

Cláudio foi atacado depois de ser abordado por homens que trabalhavam como seguranças e suspeitaram que a bicicleta que estava com ele tinha sido roubada. O grupo o levou até uma rua e o agrediu com socos, chutes e golpes com pedaços de madeira. Ele não resistiu aos ferimentos.

Segundo o inquérito, Cláudio foi “covardemente” espancado — sofreu traumatismo craniano, hemorragia interna e lesões no baço e no rim, que o levaram à morte. A família disse que a bicicleta que estava com ele pertencia a uma das irmãs dele.

Toda a agressão foi flagrada por câmeras de segurança. Foi por meio da análise das imagens que os agentes identificaram que Cláudio foi espancado por cerca de

nove minutos e não reagiu às agressões. Um homem que aparece nas imagens e não auxilia a vítima foi indiciado por omissão de socorro, e uma jovem por lesão corporal, pois entregou o bastão de madeira a um dos agressores. Os outros foram indiciados por exercício ilegal de profissão.

As investigações apontaram, paralelamente ao assassinato, a existência de uma estrutura de segurança privada informal na região, coordenada por Aluísio da Silva Filho, um dos acusados por homicídio, que era o responsável pela contratação dos integrantes e pela organização das escalas de vigilância. Ele ainda foi indiciado também por exercício ilegal da profissão de segurança de rua.

Os integrantes da segurança ilegal não eram submetidos a exigências, como experiência, curso, habilitação ou antecedentes criminais. A estrutura funcionava sem razão social e autorização, segundo os investigadores.

Além disso, quatro comerciantes que contratavam o serviço pirata de vigilância foram indiciados. Em depoimento, admitiram pagar um valor semanal de R\$ 120 a R\$ 150 pela segurança ilegal. O pagamento era feito em espécie ou por Pix a Aluísio da Silva Filho, que chegava a arrecadar R\$ 1 mil a cada semana. Ele recebia R\$ 250 semanais para chefiar os vigilantes irregulares.

Reprodução de vídeo



Cláudio é cercado pelos seguranças ilegais e entregadores, e é agredido. Ele não resistiu ao espancamento

Serviço já existia

Os comerciantes justificaram a contratação da vigilância irregular afirmando que a cobrança da taxa de segurança já existia há anos na região. Também afirmaram que os vigilantes legais não tinham

autorização para abordar, perseguir, conter ou utilizar força contra pessoas consideradas suspeitas. Segundo disseram aos investigadores, a função do grupo era evitar que pedintes abordassem os clientes que frequentava o comércio local. De acordo com a criminalista

Isabela Klein, a atividade de segurança privada depende de autorização e fiscalização da Polícia Federal, além do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis a empresas e profissionais do setor. A atuação sem habilitação, autorização ou licença caracteriza

a contravenção do art. 47 da Lei de Contravenções Penais: prisão de 15 dias a três meses ou multa.

“Além da contravenção, a prestação irregular de serviços de segurança pode gerar sanções administrativas previstas no Estatuto da Segurança Privada (Lei 14.967/2024), como advertência, multa, suspensão, cancelamento de autorização e outras medidas cabíveis. Crimes eventualmente praticados no exercício da atividade irregular — como contrabando ilegal, lesão corporal ou homicídio —, são apurados e punidos de forma autônoma”, destacou.

Isabel explicou que o homicídio triplamente qualificado é o homicídio praticado com a incidência de três qualificadoras do art. 121, §2º, do Código Penal — entre elas motivo torpe ou fútil, emprego de meio cruel e uso de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima. A pena é de reclusão de 12 a 30 anos e trata-se de crime hediondo.

No caso de omissão de lesão corporal seguida de morte, a punição é reclusão de quatro a 12 anos, quando não há intenção ou risco de morte. “Se houver intenção de matar ou assunção do risco de produzir a morte, a tipificação passa a ser homicídio”, frisa.

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Interpol entra na investigação do sumiço de irmãos

Reprodução/Redes sociais



Há suspeita de que Allan e Ágatha teriam sido levados para fora do país

» DARCIANNE DIOGO

A investigação do desaparecimento dos irmãos Ágata Isabelle, de seis anos, e Allan Michael, de quatro, em Bacabal (MA) passou a contar com o apoio da Interpol oito meses após o sumiço das crianças. A cooperação internacional ocorre enquanto autoridades e parentes tentam identificar crianças resgatadas em outros países. Segundo Nathaly Moraes, advogada da família, a instituição se colocou à disposição para auxiliar nas buscas após contatos feitos com o consulado e o Núcleo de Cooperação Internacional. Uma reunião com o chefe do núcleo está marcada para hoje, na sede da Polícia Federal (PF), em São Luís.

A advogada afirma que, até então, a investigação não havia recebido apoio efetivo da Interpol. No início do mês passado, diante da falta de respostas, ela acionou a PF. O procedimento, segundo Nathaly, foi posteriormente arquivado sob o entendimento de que não havia indício de tráfico de pessoas.

Agora, porém, a defesa diz que o caso passa a contar com uma estrutura de cooperação internacional para tentar localizar ou identificar as crianças. “Uma resposta positiva é, pelo menos, o fato de a Interpol estar ajudando. Agora temos uma estrutura”, afirmou.

Ágata e Allan desapareceram em 4 de janeiro, depois de saírem para brincar no povoado de São Sebastião dos Pretos, em Bacabal. O primo

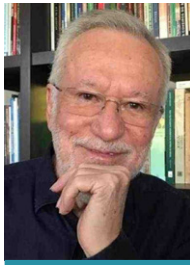
das crianças, Wanderson Kauã, então com oito anos, desapareceu com os irmãos e foi encontrado com vida três dias depois, debilitado e desorientado. À época, centenas de pessoas participaram de uma operação que mobilizou policiais, bombeiros, militares do Exército e voluntários em áreas de mata, rios e lagos da região.

Resgates

A frente internacional de investigação surgiu a partir de informações sobre crianças que vêm sendo resgatadas fora do país. De acordo com o que foi repassado à defesa, a identificação das vítimas ainda está em andamento e as informações têm chegado gradualmente. A expectativa é de que, caso alguma

das crianças resgatadas seja identificada e haja compatibilidade com o caso dos irmãos maranhenses, o consulado comunique as autoridades brasileiras.

Até o momento, não há confirmação de que Ágata e Allan estejam entre as vítimas encontradas no exterior. Nathaly afirma que, desde que passou a acompanhar o caso, não encontrou elementos que confirmassem a hipótese de tráfico de pessoas. Segundo ela, foram solicitadas novas providências investigativas, incluindo a abertura de inquérito e medidas contra agentes que atuaram nas etapas anteriores da investigação. Ela também questiona informações que, segundo ela, constariam de procedimentos anteriores, mas aos quais afirma não ter tido acesso integral.



ALEXANDRE GARCIA

COMEMORAMOS A INDEPENDÊNCIA E MILHÕES SÃO DEPENDENTES DO GOVERNO, MILHÕES ESTÃO JUNGIDOS AOS TRIBUTOS E JUROS

Tempo de correção

O Sete de Setembro foi um retrato do abismo que o Estado brasileiro criou ao encastelar-se numa Corte apartada da nação, a serviço da qual o governo existe. Nos palanques armados na Esplanada, estava o Brasil oficial, os comissionados, autoridades federais dos Três Poderes. No amplo gramado, que já foi pisado por milhões num Sete de Setembro, apenas uns punhados de eleitores pagadores de impostos, origem do poder. Nunca vi uma parada da Independência assim, quase sem

povo. Em Brasília, o povo que saiu de casa no aniversário da Independência foi para o Eixo Rodoviário, o Eixão, comemorar a data e exigir que o Estado brasileiro se livre da imoralidade de que está contaminado nos Três Poderes.

O Brasil oficial trouxe faixas de marqueteiro com a palavra “Soberania”, com o objetivo de converter em peça de propaganda eleitoral as bravatas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra Donald Trump, mas ninguém explicou de quem é a soberania, muito menos para que

serve, já que o povo perdeu a soberania, porque não decide nada, e ninguém no mundo oficial quer ouvir o que foi exigido na Avenida Paulista lotada de gente com críticas aos presidentes da República e do Senado, a ministros do Supremo, ao procurador-geral, ao diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues — que teve na tribuna presidencial a sua Ilha Fiscal, seu último baile, embora sem a presença do imperador. No dia seguinte, era defenestrado pelo ministro André Mendonça, com apoio da maioria

da 2ª Turma do Supremo.

A Semana da Pátria deste ano foi fértil em acontecimentos que se acumulam para criar algum desfecho importante. Cheia de simbolismo. Comemoramos a Independência e milhões são dependentes do governo, milhões estão jungidos aos tributos e juros, milhares estão presos por um inquérito ilegal, o Estado-matriz quer que o país seja sua colônia, a palavra liberdade foi tratada como subversiva. E agora se usam todos os meios para manter os privilégios e as imoralidades que já são sabidas

como óbvio ululante. Nunca um aniversário da Pátria presenteou seu povo com tantas oportunidades para corrigir os desvios. Um momento histórico que põe sob julgamento o próprio povo, como se fosse para demonstrar que merece o berço esplêndido em que nasceu.

A Paulista tem sido a ágora do Brasil, no coração do mais importante estado da Federação. A voz da Paulista fez cair a presidente Dilma. E agora pede a retirada da podridão que manipula o Estado brasileiro, usando o suor de todos, derramado

em forma de impostos. Diferente do impeachment de Dilma, o julgamento de agora é mais amplo e tem data marcada: 4 de outubro. A decisão que a origem do poder vai depositar nas urnas definirá o futuro de todos. O apartheid do Sete de Setembro na capital do país já não é um aviso. É o espelho da separação entre o Estado e o povo a quem ele deveria servir. Retrato de uma quebra gravíssima, que pode ter consequências piores ainda. A eleição é o melhor caminho para corrigir a tempo.